

## ANÁLISE DA CARTILHA “EDUCAÇÃO PERMANENTE E REDES DE TRABALHO NO SUS”

MATOS, Bárbara Gomes<sup>1</sup> (barbara\_matoos@hotmail.com); RIBEIRO, Sandra Fogaça Rosa<sup>2</sup> (sandrafogaca@ufgd.edu.br)

<sup>1</sup>Discente do curso Psicologia – UFGD. <sup>2</sup>Docente do curso Psicologia – UFGD.

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma política transversal que valoriza as práticas das equipes e o conhecimento presente no cotidiano, pode se traduzir como uma via de efetivação do desenvolvimento dos profissionais do SUS. Visa apoiar o trabalho em todos os âmbitos do SUS, especialmente a Atenção Primária a Saúde, procurando ampliar a abrangência e o escopo das ações de promoção, recuperação e prevenção da saúde, bem como sua resolutividade, além dos processos de territorialização e regionalização. A Cartilha “Educação Permanente e redes de trabalho no SUS”, é um material elaborado e editado pelo grupo de pesquisa “Saúde Mental, Trabalho e Gestão”, durante a execução do projeto financiado pelo CNPq/Fundect, aprovado na chamada FUNDECT/Edital 04/2013 – PPSUS/MS, denominado “Educação Permanente em Saúde: processo de gestão e formação num núcleo regional de saúde do Mato Grosso do Sul”, formado por professores e estudantes da UFGD e UEMS. Esta pesquisa verificou a pertinência desse material frente o que preconiza as principais portarias ministeriais sobre o tema, comparando suas metodologias e compreensibilidade para os trabalhadores e os usuários. Para que isso fosse possível, foi realizada a leitura crítica e a elaboração de tópicos comparativos entre a Cartilha e a Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, um documento elaborado pelo Ministério da Saúde. Dispõe sobre a política de Educação Permanente em Saúde (EPS) como forma de fortalecer a gestão horizontal, a integralidade no atendimento individual e coletivo, a participação social nas tomadas de decisão, o desenvolvimento tecnológico e científico dos trabalhadores do SUS, a união entre os serviços de saúde e o Ensino, entre outros. Os tópicos comparativos foram discutidos por meio das perguntas que orientam a Cartilha: “O que é EPS?”; “Quem faz? Onde? Quando?”; “Como fazer EPS?”; “Como fazer EPS na Gestão Participativa?”; “Como fazer EPS no Acolhimento?”; “Como fazer EPS nas diversas formas de apoio do SUS?” e “Como fazer EPS nas redes de produção de vida do SUS?”. Após a análise dos materiais, se percebeu que a Cartilha possui maior potencial de alcance aos leitores, já que foi construída com uma linguagem acessível, além de conter histórias do cotidiano de trabalho em saúde, que exemplificam situações de atendimento em saúde e convívio da equipe, e mais ilustrações lúdicas. Já a Portaria, se constitui num documento denso e distante da prática, dificultando a compreensão. A diferença é que a Cartilha apresenta situações que indicam aos trabalhadores como fazer a EPS, dando exemplos concretos, o que a Portaria não oferece, mantendo-se na teoria. Desse modo, concluímos que a Cartilha possibilita aos trabalhadores e à população uma reflexão problematizada sobre a EPS, democratizando o conhecimento e confirmando sua importância para a área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Permanente, Trabalho, SUS.

**AGRADECIMENTOS:** Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de iniciação científica a primeira autora.



Realização:

**UFGD**  
Universidade Federal  
da Grande Dourados

**UEMS**  
Universidade Estadual  
de Mato Grosso do Sul

Parceiros:

**CAPES**

**CNPq**  
Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico